

# O que a equipe vem estudando

**Sandro Silveira**

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, corre contra o relógio e não quer ser "refém do tempo". Entre aumento de receitas e redução de despesas, o Governo Federal precisa de ajuste próximo a 27 bilhões de dólares para zerar o déficit operacional presente no Orçamento Geral de 1994. Sem isso, será difícil fechar acordo de metas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), até fevereiro de 1994.

Os cortes de gastos podem atingir diretamente estados e municípios. O Governo não quer manter as transferências voluntárias de arrecadação para estas esferas. Quanto às constitucionais (obrigatórias), o Tesouro Nacional quer a suspensão por seis meses.

Estas seriam as alternativas para a ausência de mudanças nos dispositivos constitucionais que tratam da distribuição da arrecadação de impostos e serviços (educação, saúde etc) entre União, estados e municípios. O Governo Federal entende que a Constituição de 1988 o deixou com recursos de menos e serviços demais.

**Agricultura** — Um dos setores mais afetados por cortes de gastos em 1994, de acordo com as alternativas em estudo pelo Ministério da Fazenda, pode ser o agrícola. O objetivo é reduzir ao máximo o financiamento à safra do próximo ano, levando os agricultores a lançarem títulos no mercado, vendendo a safra antecipadamente e, assim se autofinanciarem. Este ano, o Governo aplica sete bilhões de dólares na agricultura.

Os bancos também podem ser afetados pelas medidas que estão sendo avaliadas pela Secretaria da Receita Federal. Uma das alternativas é obrigar os bancos a repassarem em espaço muito curto de tempo os impostos pagos em suas agências. Dessa forma, os banqueiros lucrariam menos com a aplicação financeira dessa verba, transferindo o ganho para o Governo Federal.

A tabela do Imposto de Renda pode sofrer alteração, com o ob-

jetivo de garantir-lhe mais progressividade e atingir os altos salários. As alíquotas atuais, de 10 por cento e 25 por cento, seriam acompanhadas de outras de 20 por cento e 35 por cento.

**Servidores** — A redução de gastos também pode atingir servidores públicos. Existem estudos que apontam a possibilidade de incentivar a aposentadoria de 200 mil deles, a maioria trabalhando no Rio de Janeiro (RJ). A viabilidade desta ação está sendo avaliada conjuntamente pelos ministérios da Fazenda, Previdência Social e Administração Federal.

A Esplanada dos Ministérios vai perder vários ministros se for feita a vontade da Secretaria de Política Econômica, Bem-Estar Social, Ciência e Tecnologia, Cultura e Integração Regional, por exemplo, passariam a ter o status de secretarias. A tentativa de adoção desse corte independente dos resultados da revisão constitucional.

No Ministério da Fazenda, técnicos avaliam que tudo vai depender de vontade política. Primeiro as reformas embutidas dentro da revisão constitucional, que dependem dos parlamentares, e se necessário, medidas que dependerão do Poder Executivo. Nas duas esferas existem dificuldades.

**Privatização** — A nova etapa do processo de desestatização, que pode render 2,5 a cinco bilhões de dólares em dinheiro para o Governo Federal, seria anunciada no final de setembro. Por divergências entre ministros adiouse para a semana passada. As desavenças persistiram e o anúncio, agora, está previsto para este mês.

Paralelamente à privatização, o Governo continuará o processo de tentativa de controle da vida financeira das empresas estatais que estão sob sua administração. Até o momento, de acordo com avaliações de membros do Comitê de Coordenação das Estatais, o êxito é relativo, mas, dizem, já seria um avanço obter prestações de contas por parte de empresas como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás.

10 OUT 1993  
CORREIO BRAZILIENSE